
A REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL:
O REINO DO SERTÃO OU A
MONARQUIA DE ESQUERDA¹

Sônia Lúcia Ramalho de Farias*

O Ideário Regionalista/ Nacionalidade D'A Pedra do Reino

Na tematização ficcional dos fenômenos do messianismo e do cangaço no *Romance d'A Pedra do Reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta* (1971)², constata-se a confluência entre o resgate da tradição cultural do Brasil e o espaço regional do Nordeste, tido com o berço dessa tradição. O percurso da análise – centrada na perspectiva do narrador–personagem, Pedro Diniz Ferreira Quaderna, em articulação com a perspectiva de outros figurantes em destaque na tessitura romanesca - torna possível detectar uma proposta de caracterização da região nordestina enquanto *locus* privilegiado no âmbito mais abrangente da realidade sócio-cultural do país. O privilégio concedido ao espaço nordestino pode ser observado nas várias concepções nacionalistas rastreadas ao longo do texto: as dos personagens Samuel e Clemente e as de Quaderna, resultante das duas primeiras. Não obstante as diferenças conceituais que marcam o discurso dos três personagens em torno da problemática da nacionalidade³, todos eles confluem para uma identificação entre projeto regionalista e o projeto nacional. Sob os pontos de vista em confronto, determinantes dos diversos critérios adotados para interpretar o Brasil e seus componentes sócio-culturais, a região nordestina não deixa de

* Professora de Teoria Literária e Literatura Brasileira da UFPB.

se converter para os três intérpretes no cerne mais autêntico da nossa nacionalidade. Na base de suas respectivas concepções estético-nacionalistas, o Nordeste adquire, assim, uma dimensão especial. Apresenta-se como guardião das genuínas tradições da Nação, demarcadas nas três perspectivas distintas: a perspectiva lusófila e aristocrática de Samuel, calcada na preservação dos valores fidalgos ibéricos da oligarquia açucareira de Pernambuco; a perspectiva xenófoba e populista de Clemente, legitimadora da tradição popular negro-tapuia vigente na mitologia nordestina, e a perspectiva luso-tropical de Quaderna, que se alça na defesa da miscigenação étnico-cultural dos valores aristocráticos herdados da civilização ibérica e do legado popular do espaço regional do sertão. Visto através deste tríplice ângulo, o Brasil e, de forma específica, o Nordeste, erige-se como o tema por excelência da “Obra do Gênio da Raça Brasileira”, cuja autoria é arduamente disputada pelos três artífices da construção simbólica da nacionalidade brasileira.

Na polêmica travada acerca dos critérios definidores da brasilidade da “Obra da Raça”, o espaço nordestino articula-se ao todo nacional através de um modelo dicotômico responsável por uma dupla polarização espacial: a oposição entre os “dois Brasis” (o Nordeste e o Centro-Sul) e entre os “dois Nordeste” (o Nordeste açucareiro e litorâneo; o Nordeste algodoeiro-pecuário, sertão). No que diz respeito à primeira oposição, Quaderna e seus dois mestres (Samuel e Clemente) estão de acordo. As acirradas discussões teóricas encetadas por eles ao longo do romance apontam para a interpretação dual do Brasil, distinguindo a sociedade brasileira em dois setores contrapostos. De um lado, o setor pré-capitalista do mundo rural oligárquico, assentado em relações de produção revestida de traços feudais e que tem no latifúndio a sua forma típica de expressão; do outro lado, o setor capitalista e urbano - os centros metropolitanos - consubstanciado pela emergência de uma burguesia industrial.

Apesar das diferentes posições ideológicas dos três representantes da intelectualidade taperoense acerca do primeiro setor, há um ponto comum para o qual convergem as suas críticas. Este se localiza justamente no segundo setor, *locus* de um segmento social que a eles se afigura nefasto: a burguesia urbana. Como diz Quaderna, explicitando para o corregedor as semelhanças e diferenças que mantém quanto às concepções estéticas, políticas e ideológicas de seus dois colegas de Academia, a “Academia de Letras dos Emparedados do Sertão da Paraíba”: “Meu pensamento, de cada um deles aceita uma parte e recusa outra. Agora, nós somos unânimes é em ser contra os Burgueses”.

(APR. p. 282). As razões oferecidas por eles para se contrapor aos burgueses fundamentam-se nas seguintes premissas que o narrador se encarrega de esclarecer, numa passagem do texto:

Clemente é contra eles por serem brancos e ricos. Samuel contraporque não são Fidalgos. E eu, porque eles nunca montam a cavalo, não andam com bandeiras, nem se metem em Cavalhadas, vaquejadas e outras cavalarias: por isso, são péssimos, como personagens de Epopéia! (APR. p. 282- 283).

Os argumentos apresentados para justificar a unanimidade da crítica que dirigem à burguesia se ancoram nos mesmos critérios básicos que norteiam as teses político-nacionalistas dos personagens: os critérios de raça, classe social, cultura, região e nobilitação. Para Clemente, a burguesia é rechaçada em nome dos valores étnicos e sócio-econômicos que erige como fundamento da sua noção de brasilidade: os valores populares negro-tapuias. Identificados à raça branca, os burgueses se contrapõem *stricto sensu* as duas raças que elege como símbolo da nacionalidade brasileira. Isto é, os negros e os índios, cujos paradigmas encontram-se respectivamente na insurreição do Quilombo dos Palmares e nas rebeliões nativas dos tapuias contra os portugueses na época colonial. Constituindo-se nos novos detentores do capital, em decorrência do processo de industrialização do país, os burgueses contrapõem-se *lato sensu* a todos os segmentos marginalizados no modo de produção capitalista do Brasil, especialmente à população subalterna da região Nordeste, em geral, e da sertaneja, em particular. Os motivos de Samuel baseiam-se no critério de nobilitação através do qual representa a classe oligárquica açucareira do Nordeste. Herdeira direta dos valores nobiliárquicos dos colonizadores ibéricos, em especial dos portugueses, a classe dominante dos engenhos pernambucanos persiste, na visão do personagem, como a única representante desses valores fidalgos, em exclusão dos outros dois segmentos da população brasileira, a burguesia e o povo, que não se enquadram no estamento da nobreza com que concebe a realidade sócio-cultural nordestina. Quaderna apresenta, a nível consciente, uma justificativa de ordem estética. A classe burguesa seria, pelo seu *modus vivendi*, inadequada a configurar como personagem de epopéia. Subjacente ao argumento apresentado, encontram-se razões que derivam, sob um prisma, do nacionalismo aristocrático e lusófilo de Samuel e, sob outro prisma, do nacionalismo populista de Clemente. Neste sentido, a classe burguesa é excluída do seu projeto epopéico porque não pertence aos dois extremos da

cadeia social que privilegia: a aristocracia rural do Nordeste pecuário e as camadas populares do sertão.

Englobando os vários critérios apontados, o eixo unificador dos diversos discursos em exame reside, pois, fundamentalmente no conceito de região, utilizado como categoria interpretativa da realidade nacional. O fator determinante que deflagra a utilização desse conceito básico em torno do qual giram as formulações dos personagens quase nunca vem explicitado a nível manifestado do romance. Deslocado do primeiro plano da cena dramática, onde é substituído por constitutivos mitológicos, esse fator, no entanto, pode ser apreendido em proposições enunciativas mais ou menos esparsas ao longo do texto. O conjunto dos vários enunciados apontam subliminarmente para uma única e mesma problemática que se entremostra no recorte das diferentes etapas conjunturais do processo histórico tematizadas nas narrativas. A saber, a visão anticapitalista e anti-industrial, patente na dicotomia com que são concebidos e confrontados os dois pólos da realidade brasileira, o rural e o urbano, tidos respectivamente como depositários dos autênticos e dos deturpados valores nacionais. A levar em conta o aspecto comum presente nos pressupostos dos três candidatos a “Gênio da Raça”, verifica-se que os primeiros valores expressam-se nas manifestações culturais de um mundo regido por um estilo de vida artesanal, resistente à penetração do capitalismo moderno. Um universo, portanto, anterior à industrialização e que, por isso mesmo, se oferece como a expressão mais legítima e peculiar do país. Oposto a esse mundo, emerge um outro, o dos centros urbanos hegemônicos, contaminados pelos valores industriais e burgueses, que a perspectiva nostálgica dos personagens, principalmente a de Samuel e a de Quaderna, procura exorcizar.

Traçando o quadro das transformações operadas no cenário brasileiro, em meados do séc. XIX, pela emergência da nova ordem urbana e burguesa, Sérgio Buarque de Holanda delinea os conflitos decorrentes das mudanças processadas no âmbito de uma Nação ainda imatura para alterar em profundidade os fundamentos do sistema patriarcal ancorado em padrões econômicos e sociais herdados da era colonial. A vigência de tais conflitos, sintomas de uma fase de transição, onde coabitam arraigadas marcas tradicionais e incipientes traços modernos, revela-se na situação dos dois mundos em tenso confronto: “A própria instabilidade das novas fortunas, que ao menor vento contrário se desfaziam, vinha dar boas razões a esses nostálgicos do Brasil rural e patriarcal. Eram dois mundos distintos que se hostilizavam com rancor crescente, duas mentalidades que se opunham como

ao racional se opõe o tradicional, ao abstrato o corpóreo e o sensível, o citadino e cosmopolita ao regional ou paroquial.⁷⁴

A proposta regionalista veiculada pelas variadas vozes que compõem o tecido narrativo n' *A Pedra do Reino* retoma, em termos simbólicos, o dualismo descrito pelo autor de *Raízes do Brasil*. Desta forma, a realidade cultural do Nordeste agrário é sempre representada em confronto com a realidade cultural citadina. Esta funciona recorrentemente como parâmetro negativo para a valoração positiva que os personagens fazem do ambiente regional com o qual estão, cada um a seu modo, ideologicamente comprometidos.

A bipolarização entre o Brasil rural e o Brasil urbano e, mais especificamente, entre o Nordeste e o Centro-Sul do país, recobre as diferentes conjunturas históricas recortadas no romance. Surge no tratamento diferencial dispensado ao primeiro e ao segundo Impérios bragantinos. Comparece na oposição entre as duas Monarquias simbolizadas no texto, a Monarquia dos Bragança e a "Monarquia Sertaneja". Reatualiza-se na passagem da Monarquia para a República e, finalmente, na transição do regime da República Velha ao regime da República Nova.

A abordagem de cada uma dessas etapas contextuais exige que se recupere alguns aspectos característicos às diferentes posturas políticas e ideológicas norteadoras das concepções nacionalistas delineadas ao longo do romance. Como a interpretação dos personagens acerca da realidade brasileira pressupõe o entrelaçamento das duas articulações espaciais subjacentes aos seus respectivos conceitos de nacionalismo, o exame da representação do espaço regional focalizará simultaneamente a oposição entre os "dois Brasis" e os "dois Nordeste". Com este objetivo, tomar-se-á como ponto de partida as idéias políticas do narrador, procurando-se apreender as implicações contidas na noção de "Monarquia de Esquerda" por ele postulada.

Numa passagem do romance em que é levado a definir para o corregedor as suas concepções políticas, Quaderna afirma que pertence a "Esquerda régia", ou melhor, é um "Monarquista de Esquerda". A conjugação de posições políticas tão díspares deve-se ao intento de conciliar as idéias opostas de Samuel e Clemente. É seu desejo fundir, de maneira harmônica, as concepções monarquistas do primeiro e as concepções comunistas do segundo. Essa fusão é imprescindível para que ele possa elaborar o seu projeto epopéico incluindo como personagens da "Obra da Raça" os dois segmentos da sociedade brasileira dignos de configurar numa epopéia: a aristocracia rural e o povo. A elaboração desse projeto exige, portanto, que o narrador acate parcialmente, cada uma das concepções dos seus dois mentores intelectuais, ajustando-as aos seus propósitos de epopéia. Assim, para legítimar

o *Status* de fidalguia que confere aos senhores rurais, Quaderna se vale das concepções monarquistas de Samuel, mas readapta-as ao seu modo:

O pensamento monárquico de Samuel me interessa muito, porque prova a existência e a legitimidade da Fidalguia brasileira, e, conseqüentemente, dos Fidalgos e Reis que compõem a minha Epopéia! É verdade que meus fidalgos e guerreiros são sertanejos e Samuel faz muitas restrições aos senhores feudais do sertão, só reconhecendo, mesmo, como de primeira classe, a Aristocracia dos engenhos de Pernambuco, da qual ele faz parte. Mas, mesmo dizendo que a Aristocracia sertaneja é bárbara, violenta, sem educação, corrompida e bastarda o fato é que aceita a sua existência. (APR. p. 279).

Embora concordem no que diz respeito à nobilitação da classe senhorial nordestina (é especificamente a essa classe que ambos se referem aqui quando falam da “Fidalguia brasileira”), Samuel e Quaderna divergem no tocante às configurações do espaço regional que privilegiam. Conforme evidencia-se, ainda, no excerto transcrito, Samuel confere primazia ao espaço do Nordeste açucareiro, só reconhecendo como de “primeira classe” a aristocracia dos engenhos pernambucanos, em contraposição à oligarquia sertaneja, a qual considera ilegítima: “bárbara, violenta, sem educação, corrompida e bastarda”. A oposição estabelecida por Samuel entre as duas regiões nordestinas (o Nordeste açucareiro e o pecuário-algodoeiro) é correlata à oposição que engendra entre Portugal e Espanha. Não obstante tome a Península Ibérica como parâmetro para interpretar a realidade brasileira em geral e a nordestina em particular, Samuel considera o primeiro país hierarquicamente superior ao segundo. Essa contraposição hierárquica evidencia-se em duas passagens do texto, abaixo transcritas:

[...] eu, apesar do enorme orgulho que tenho da parte castelhana do meu sangue, dou graças a Deus [...] por ser mais descendente de Portugueses do que de Espanhóis! A Espanha, por maior que seja sua grandeza, tem sempre, ao lado de sua fanática heroicidade fidalga, um lado amolecado, almocreve e popular que nunca me agradou. É por isso que, enquanto a Espanha contribuía, através das molecagens vulgares de Cervantes, para destruir o mito do Cavaleiro, Portugal fornecia ao mundo a última figura de cruzado e Cavaleiro que existiu, Dom Sebastião, o Desejado! (APR. p. 169).

Mas existe ainda outro motivo, para o orgulho do meu sangue: na Península Ibérica, Portugal é uma espécie de Zona da Mata e faixa litorânea, semelhante à dos Engenhos pernambucanos, enquanto que a Espanha, com sua Castela seca, parda, áspera e empoeirada, é muito mais parecida com este sertão bárbaro de vocês! (APR. p. 169).

No discurso de Samuel, a oposição entre Portugal e Espanha calca-se na mesma perspectiva lusófila e aristocrática que informa a sua concepção nacionalista. Como se pode ver pelos exemplos em destaque, essa perspectiva vem explicitada através de duas razões básicas. A primeira deve-se ao tratamento dispensado por cada um desses países à matéria cavalheiresca. Assim, enquanto Portugal, por intermédio da crença sebastianista, favorece a mitologização dos valores nobiliárquicos da cavalaria, a Espanha, através da literatura de Cervantes, contribui para a desmitologização da temática cavalheiresca. A segunda razão encontra justificativa nas diferenças geo-físicas existentes entre Portugal e Espanha. Pelas suas características geográficas, o país de Dom Sebastião e o do autor de *Dom Quixote* são respectivamente associados à região dos engenhos pernambucanos e ao sertão. Levando-se, no entanto, em conta o primeiro motivo que induz Samuel a postular a hegemonia de Portugal sobre a Espanha (o aspecto fidalgo, responsável pelo endosso da matéria cavalheiresca, *versus* o aspecto “almocreve e popular”, responsável pela irreverência com que essa matéria é configurada - pelo menos no caso específico de Cervantes), pode-se concluir que a analogia engendrada por Samuel entre Portugal e o Nordeste açucareiro, de um lado, e entre Espanha e sertão, do outro lado, prende-se essencialmente ao critério de nobilitação. O critério geográfico funciona apenas com um reforço a mais para justificar a sobreposição hierárquica através da qual o personagem contrapõe os valores lusos, associados à oligarquia “fidalga” de Pernambuco, e os valores hispânicos, correlacionados à oligarquia “bárbara e bastarda” da região sertaneja.

Em sentido inverso ao de Samuel, Quaderna postula a hegemonia do Nordeste pecuário sobre o Nordeste açucareiro. Concebe, assim, o sertão como o *locus* da verdadeira aristocracia, os fazendeiros sertanejos. Nestes, reconhece os autênticos “senhores feudais”, contrapondo-os aos senhores de engenho, considerados como a pseudo-aristocracia. Isto é, como a “burguesia do açúcar travestida em ‘nobreza’ pelos títulos comprados do Segundo Império”, de acordo com as explicações textuais que apresenta no segundo volume da trilogia, *História do rei degolado nas caatingas do sertão*⁵. O discurso

de Quaderna já contém uma crítica que será retomada, de forma mais explícita e com variações de nuances, pelo discurso de Samuel. Se, para o narrador, a oligarquia açucareira se traveste em “nobreza” pelos títulos comprados ao Segundo Império, o regime monárquico do Segundo Reinado se apresenta aviltado pelas articulações que mantém com a burguesia, criando, desta forma, uma “falsa aristocracia” rural, que não corresponde aos padrões fidalgos e cavaleirescos através dos quais configura miticamente a “aristocracia sertaneja”, ainda não contaminada, ao contrário da “aristocracia canavieira”, pela penetração do capital. O processo de feudalização serve, assim, na perspectiva de Quaderna, para justificar a oposição que estabelece entre os dois espaços regionais nordestinos: de um lado, a “civilização do couro”, enobrecida por traços medievais; do outro lado, a civilização do açúcar, degredada pelos valores burgueses, emergentes no Segundo Reinado.

Representações regionais e vertentes historiográficas

As representações empreendidas por Samuel e Quaderna acerca do espaço regional não são mutuamente excludentes. Constituem, ao contrário, variações de uma mesma matriz cultural e ideológica de base oligárquica, desdobrável em duas vertentes historiográficas intrinsecamente correlatas. 1^a) A vertente representada pela obra de Gilberto Freyre, cuja perspectiva privilegia o espaço do Nordeste açucareiro. 2^a) A vertente caracterizada pela obra de Djacir Menezes, que oferece primazia ao Nordeste algodoeiro-pecuário⁶. Distinguindo-se no tocante às configurações das duas regiões as quais concedem respectivamente relevo, ambas as vertentes guardam, no entanto, um aspecto comum. Confluem - de forma análoga ao que ocorre com os discursos dos dois personagens do romance de Ariano - na defesa das respectivas facções da classe senhorial nordestina (a litorânea e a sertaneja). Facções de que cada uma dessas vertentes se torna representante e cujo interesses procura resguardar diante do contexto de crise por que passa a região Nordeste com as transformações de ordem capitalista, responsáveis pela hegemonia dos Estados do Centro-Sul do país⁷. Assim na esteira de Djacir Menezes, o privilégio conferido por Quaderna à “civilização do couro” funciona como contrapartida ideológica do privilégio concedido por Gilberto Freyre e por Samuel à “civilização do açúcar”. Essa contrapartida ideológica decorre, para Francisco de Oliveira, da “dialética de oposição” entre os “dois Nordeste”. Através dessa dialética podem-se constatar, as convergências e

divergências que o narrador estabelece face às posições de Samuel.

As discordâncias apontadas entre ambos os personagens d'*A Pedra do Reino* não se limitam apenas à escolha do espaço regional e dos respectivos segmentos da classe oligárquica a que cada um deles concede primazia. As suas posições se distinguem também quanto à própria extensão do emprego do termo fidalguia. Na ótica de Samuel, defensor intransigente das concepções monarquistas, o conceito de fidalguia se aplica no Brasil apenas à família imperial. E, por extensão, à classe dominante do Nordeste, sobretudo o patriarcado açucareiro, que, por descender diretamente dos reis e cruzados ibéricos, em especial dos portugueses, pode ser revestido de características nobiliárquicas. Uma ressalva, no entanto, deve ser feita. No afã de resgatar as tradições patriarcais nordestinas, tomando como parâmetro os valores da Coroa portuguesa, Samuel descarta as transformações históricas por que passa o regime imperial no Brasil. Ao voltar-se para o passado histórico brasileiro, ele procura “desconhecer”, a perda gradativa do poder monárquico dos Bragança, diluído, pouco a pouco, pela própria conjuntura sócio-política do país, que já prepara o advento da República e, conseqüentemente, a ascensão da burguesia. Caminhando, como Quaderna, em sentido contrário ao processo histórico nacional, o “fidalgo” dos engenhos” fixa-se num ideal de realeza compatível com a sua visão a-histórica da nossa realidade. Busca, assim, deter o fluxo de marcha histórica em curso. Sob este prisma místico e a-histórico, erige D. Pedro I, a quem associa à figura legendária de Dom Sebastião, como o autêntico representante dos valores da realeza, em contraposição a D. Pedro II, representante do Poder Moderador, a cujas atitudes mais liberais, prenunciadoras da mudança do regime político, atribui a perda do morgadio e a decadência da ordem aristocrática. Segundo afirma Quaderna, explicitando os ideais nobiliárquicos do promotor Wandernes e a oposição que este estabelece entre os dois imperadores da dinastia bragantina:

-Samuel [...] acha que, da casa de Bragança, somente Dom Pedro I foi um verdadeiro Rei, digno da fidelidade dele, um Rei autoritário, corajoso e Cavaleiro, como Dom Sebastião! Pelo contrário, odeia Dom Pedro II, que segundo suas palavras “foi um liberal subversivo e acabou com o morgadio, ferindo de morte, em favor da plebe, os feudos da aristocracia brasileira” (APR. p. 279).

O elogio e a fidelidade em relação ao primeiro imperador brasileiro *versus* a crítica e o ódio dirigidos à figura do segundo imperador apontam, no discurso de Samuel, para o resgate de uma ordem sócio-política

consubstanciada por um regime monárquico autoritário e cavalheiresco. Expresso em termos de sebastianismo, o ideal de monarquia postulado por Samuel pauta-se pela ortodoxia hierárquica da nobreza hereditária, ameaçada pelo liberalismo “subversivo” do Segundo Reinado, responsável pela desarticulação da hierarquia e dos valores hereditários da Coroa Imperial portuguesa, que deveriam ser preservados no Brasil.

Rompendo com a ortodoxia do Primeiro Reinado, representativo da estabilidade das instituições oligárquicas brasileiras como um todo, o Segundo Reinado deixou sem perspectivas histórica a elite da sociedade tradicional, frente às mudanças operadas com o inevitável surgimento de uma sociedade de classes. Mudanças decorrentes das transformações econômicas de natureza capitalista. O segmento social mais atingido foi a oligarquia nordestina açucareira, cuja perda de hegemonia econômica e política, motivada pela modernização imposta pelo capitalismo internacional, acarretou a ascensão da oligarquia cafeeira do Vale do Paraíba (Rio, São Paulo e Minas Gerais). Nesse quadro histórico, o Segundo Império passou a representar muito mais os interesses da nova ordem oligárquica, em detrimento da oligarquia nordestina.

O apego saudosista de Samuel ao Primeiro Império constitui, portanto, a defesa desse espaço regional em crise e da ordem oligárquica que o representa. Em contrapartida, a crítica ao Segundo Império é também uma crítica a um outro espaço regional, o Centro-Sul do país, *locus* de uma nova facção oligárquica hegemônica, a comercial-cafeeira, em processo de industrialização. A consciência da hegemonia perdida converte-se, pois, em fator ideológico compensatório, em nome do qual o personagem busca resgatar as raízes nacionais do passado colonial nordestino, resguardando a dependência servil aos valores da colonização portuguesa, mediante um modelo de monarquia onde esses valores - ainda não contaminados pelo liberalismo burguês prenunciado no Segundo Império - se acham cristalizados.

Essa postura nostálgica que busca compensar, via eixo regionalista, a decadência do patriarcado açucareiro, tomando como parâmetro a tradição mais remota da história imperial no Brasil, é informada pelas mesmas premissas que marcam, na década de 20, o ideário regionalista de Gilberto Freyre. Com efeito, segundo já assinalou Moema Selma D'Andrea, uma das bandeiras do regionalismo freyreano, retomada depois por José Lins do Rego, é a confluência da defesa dos valores regionais do Nordeste e a exaltação de um ideal nobiliárquico calcado na ideologia da ordem e da tradição. Através

desse ideal, tanto o autor de *Casa-grande e senzala*, quanto o ensaísta de *Gordos e magros* proclamam “uma tradição incrustada no tempo, elevada a mito e a liturgia pela compensação simbólica dos valores culturais, tornados edificantes sob o aval da colonização”⁹. Sob esse prisma, justifica-se a crítica que ambos dirigem ao regime do Segundo Império, visto como elemento desagregador do espírito de ordem alicerçado na tradição e na hierarquia das instituições e dos símbolos e rituais eminentemente monárquicos.¹⁰

Perspectiva similar, advinda do mesmo solo cultural e ideológico, fundamenta o pensamento monárquico de Samuel, realimentando, via regionalismo nordestino, a tradição imperial, em nome da qual, deixando-se “embaír pelo ardil nobiliárquico”¹¹, busca a imagem especular da região no reflexo da nobreza imperial portuguesa, paradigma “natural” da tradição, da hierarquia e da ordem. Procura, assim, legitimar os valores “fidalgos” da oligarquia canavieira da Zona da Mata, abalizados pelas figuras da genuína nobreza lusitana, Dom Sebastião e Dom Pedro I.

O projeto Monárquico/Messiânico do narrador

Acatando parte dos pressupostos ideológicos que norteiam as concepções nobiliárquicas de Samuel, o modelo privilegiado por Quaderna para representar o universo sócio-cultural do sertão também é a monarquia. A sua noção de monarquia assume, no entanto, colorações bastantes diferentes das daquele personagem, pois não discrimina a classe dominada. De forma conciliadora, o projeto monárquico do narrador possibilita tanto a nobilitação da classe oligárquica sertaneja, quanto a dos segmentos subalternos que compõem a realidade histórica do sertão no contexto focalizado. Dentre os componentes deste último segmento, distinguem-se sobretudo aqueles que, embora não pertençam à “nobreza territorial”, participam de “ações guerreiras” e “combates sangrentos”, a exemplo dos cangaceiros e dos beatos dos redutos messiânicos. Estas façanhas “heróicas”, postuladas por analogia com as aventuras épicas das novelas de cavalaria, empresta à classe dominada do sertão, na qual se incluem os protagonistas do cangaço e do messianismo, uma característica “nobre”, que os habilita a configurar igualmente como personagens de epopéia. Conforme afirma Quaderna, ao especificar a “receita” de epopéia extraída de suas leituras de almanaques: “Note-se que, segundo o *Almanaque*, além de Reis e fidalgos nobremente desgraçados, uma epopéia exige ações guerreiras, como, por exemplo, cercos, retiradas épicas e combates

sangrentos.” (APR. p. 281). Combinado a “receita” do *Almanaque* com as lições recebidas de Clemente, Quaderna pode incluir como figurantes do seu romance epopéico os representantes do povo, cujo potencial de rebeldia leva o narrador a enquadrá-los na posição política de “Esquerda”, em contraposição à burguesia urbana, identificada como de “Direita”:

Ora, as pessoas da História brasileira e sertaneja que fazem essas coisas [ações guerreiras], segundo Clemente, são sempre da Esquerda e do povo! A Direita das cidades, a “Burguesia urbana” [...] o que quer é viver tranquilamente, roubando, na vida pacata e ordeira de quem já está bem instalado e só deseja mesmo é ordem pra poder furtar mais à vontade. Já a Esquerda, o povo, principalmente no Sertão, tem sido desordeiro como o diabo! É verdade que Clemente não aceita essa parte que eu vou dizer agora, mas para mim, como Epopeieta, o que mais me entusiasma é que o Povo sertanejo, em suas desordens, tem se aliado sempre com os fidalgos Fazendeiros contra a Burguesia! (APR. p. 282).

O interesse do narrador em conciliar as idéias monarquistas de Samuel com as idéias comunistas de Clemente advém, portanto, do desejo de estabelecer, em consonância com as suas concepções político-nacionalistas, “ a aliança dos Fidalgos com o povo”, em exclusão da burguesia urbana, considerada corrupta e, por isso mesmo, defensora do *status quo*. A valoração atribuída à classe burguesa e as razões que levam o narrador a alijá-la do seu projeto político-literário devem-se à postura confraternizadora de Quaderna, que consiste exatamente na fusão dos representantes da aristocracia rural com os segmentos subalternos da população sertaneja. Essa aliança - proposta à revelia dos seus dois mestres - é, conforme esclarece o narrador, “*coisa que não posso deixar de lado [...] senão nunca poderei fazer a minha Epopéia.*” (APR. p. 282). A confraternização harmônica dos descendentes dos cruzados ibéricos com os descendentes dos “*cabras*” e “*mamelucos*” do sertão, assenta-se na ideologia da miscigenação democratizante defendida pelo narrador e que se consubstancia aqui sob dois aspectos intrinsecamente associados: 1º) O aspecto étnico-cultural, responsável pelo conceito luso-tropical de “Povo Fidalgo-Castanho do Brasil”. 2º) O aspecto sócio-político, de que deriva o conceito de “Monarquia de Esquerda”. Tanto um conceito como outro pressupõem a junção cordial de duas posições políticas, de duas classes sociais e de dois valores culturais pertencentes a universos distintos: a monarquia e o socialismo, a aristocracia e o povo, os símbolos da heráldica e a miséria “*rasa e crua*” do sertão.

Sendo sertaneja e “de esquerda”, a monarquia messiânica de Quaderna se assemelha e se distingue da monarquia católica, lusófila e “de direita” postulada por Samuel. Guarda desta os valores simbólicos do catolicismo das cruzadas medievais e os distintivos emblemáticos do regime monárquico, adaptando-os, contudo, ao ideário armorial que norteia a perspectiva ideológica do romance. Esse ideário armorial implica a nacionalização, via regionalismo, dos valores nobiliárquicos e religiosos herdados da colonização ibérica, mediante o reaproveitamento das manifestações culturais do legado da tradição popular no Nordeste, especificamente do sertão, tido como o repositório mais autêntico da cultura nacional.¹² Com base nesses pressupostos nacionalistas, alicerçados na ideologia da integração “*harmônica*” dos valores lusos/fidalgos e dos valores tropicais/populares, Quaderna concebe seu projeto epopéico destinado a glorificar o “Povo Fidalgo-Castanho do Brasil”, através de uma demanda literária que corresponde às suas aspirações de “Monarquista de Esquerda”.

Amalgamando fraternalmente os valores acima referidos, tais aspirações evidenciam-se em duas definições correlatas, por meio das quais se explicitam, ao mesmo tempo, as outras duas demandas perseguidas pelo narrador: a demanda religiosa e a política, explicitadas tanto pelo “Catolicismo Sertanejo”, como pelo “Império” do sertão. O “Catolicismo Sertanejo”, reatualiza, segundo Quaderna, as características do movimento messiânico da Pedra do Reino e é assim definido pelo narrador: “[...] a nova Religião fundada por mim, o Catolicismo sertanejo, estava em harmonia absoluta com o programa de minha vida, influenciada como sempre em tudo, por Samuel e Clemente. Como Catolicismo, era uma religião bastante monárquica, cruzada e ibérica para satisfazer o primeiro; e como Sertaneja, era suficientemente popular e negro-tapuia para ser considerada com simpatia pelo segundo”. (APR. p. 448). Traduzida em termos sócio-políticos, essa conceituação se aplica também ao Império sebastianista que Quaderna deseja restaurar no sertão, tomando simultaneamente como parâmetros os fenômenos messiânicos de Pajeú e o de Canudos. Retome-se uma de suas afirmações já anotadas anteriormente: “Meu sonho é fazer do Brasil um Império do Belo Monte de Canudos, um Reino de república-popular, com a justiça e a verdade da Esquerda e com a beleza Fidalga, os cavalos, os desfiles, a grandeza, o sonho e as bandeiras da Monarquia Sertaneja!” (APR. p. 285).

Análogo ao conceito de “Povo Fidalgo-Castanho do Brasil”, o conceito de “Monarquia Sertaneja” ou “Monarquia de Esquerda” possibilita ao narrador reivindicar, dentro dos mesmos princípios que regem sua noção

de brasilidade, a hegemonia do espaço rural do sertão. Com tal propósito, reatualiza, de maneira diversa da formulada por Samuel, o confronto entre duas regiões distintas: O Nordeste pecuário-algodoeiro e o Centro-Sul do país. Essa outra bipolarização espacial acarreta uma nova valorização hierárquica entre duas ordens de poderes opostos. De um lado, o poder rural e privado da “nobreza” sertaneja, representado pela aliança da oligarquia com o povo; do outro lado, o poder constituído da nobreza imperial, representado pelo ramo brasileiro da Casa de Bragança. Reunindo os valores “fidalgos” e os valores “plebeus” e tendo como sede o espaço regional do sertão, a “Monarquia Sertaneja” é vista por Quaderna como a legítima Monarquia brasileira, em contraposição à Monarquia dos Bragança. Esta representa, sobretudo, os interesses das elites oligárquicas, discriminando os valores populares. A Monarquia bragantina contraria, assim, o projeto monárquico-sertanejo de Quaderna e é, sob essa ótica, considerada por ele uma monarquia “estrangeira e falsificada”. Logo no início do romance, quando traça sua genealogia paterna, o narrador faz questão de assinalar seu direito ao trono do Brasil, na condição de descendente da autêntica linhagem real; a dos “legítimos e verdadeiros Reis brasileiros, os Reis castanhos e *cabras* da pedra do Reino do Sertão”, contrapondo-os aos “falsos” reis e imperadores “estrangeirados” da casa de Bragança:

Para que ninguém julgue que sou um impostor vulgar devo [...] esclarecer que [...] sou, nada mais, nada menos, do que descendente, em linha masculina e direta, de Dom João Ferreira-Quaderna, mais conhecido como El-Rei Dom João II, o Execrável, homem sertanejo que, há um século, foi Rei da Pedra Bonita no sertão do Pajeú, na fronteira da Paraíba com Pernambuco. Isto significa que sou descendente, não daqueles reis e imperadores estrangeirados e falsificados da Casa de Bragança, mencionados com descabida insistência na *História Geral do Brasil*, de Varnhagen; mas sim dos legítimos e verdadeiros Reis brasileiros, os Reis castanhos e *cabras* da Pedra do Reino do Sertão, que cingiram, de uma vez para sempre, a sagrada Coroa do Brasil, de 1835 a 1838, transmitindo-a assim a seus descendentes, por herança de sangue e decreto divino (APR. p. 5 - grifo do autor).

A legitimação da “dinastia” sertaneja do reduto messiânico do Pajeú, postulada a partir do critério de nacionalização do narrador, acarreta consequentemente a deslegitimação da dinastia dos Bragança transplantada para o Brasil. Ao tomar o sertão e os valores de sua gente como paradigma

definidor da genuína cultura nacional, Quaderna pode distinguir os “verdadeiros” e os “falsos” reis da nação brasileira. Reivindica, desta forma, a soberania da “casa real” da Pedra do Reino em detrimento da Casa Real bragantina. Segundo afirma ele, ao referir-se ao beato do IV “Império” sertanejo, Pedro Antônio dos Santos, proclamado “rei” com o nome de Dom Pedro I: “O Quarto Império [...] teve a vantagem de revelar ao Brasil quem foi seu verdadeiro e real Dom Pedro I, o nosso, e não aquele Português debochado da casa de Bragança, tão valorizado pelo nosso Promotor, o Doutor Samuel Wandernes.” (APR), p. 46).

Embora pareça paradoxal, o critério de nacionalização em nome do qual Quaderna estabelece a hierarquia do “Império” sertanejo sobre o Império dos Bragança fundamenta-se na ideologia da integração cordial dos valores da nobreza portuguesa e dos valores populares nordestinos. O paradoxo, no entanto, se desfaz, quando se atenta para o fato de que essa integração se concretiza principalmente pelo endosso do mito sebástico readaptado e incorporado ao imaginário do sertão. É porque toma como parâmetro para o seu projeto monárquico a figura legendária d/El Rei Dom Sebastião, cujo poder mítico e sagrado transcende os limites do poder imperial vigente no Brasil, e sob cuja égide se colocam os sectários do fenômeno messiânico, que o narrador legitima tanto o estatuto nobiliárquico dos beatos da Serra do Rodeador e da Pedra Bonita, quanto as prédicas dos prosélitos acerca do desencantamento do reino sebastianista.

À diferença dos reis da dinastia dos Bragança, a figura do “Desejado” atende ao ideal monárquico sonhado por Quaderna, a “Monarquia Sertaneja” que, aglutinando os componentes épicos cavalheiresco à realidade sócio-cultural do sertão, vem corroborar as suas aspirações de “Monarquista de Esquerda”. Na condição de rei cavaleiro e cruzado, Dom Sebastião representa o que há de mais nobre em termos de realeza. Na condição de messias em torno do qual giram as reivindicações sociais do oprimido, representa o que há de mais justo para o “reino do sertão. Através dessa imagem modelar, que condensa ao mesmo tempo os símbolos da nobreza cavalheiresca e as esperanças de justiça das camadas dominadas do sertão, o narrador recupera o mito do Quinto Império, contrapondo as duas ordens monárquicas tematizadas n’*A Pedra do Reino*.

As prédicas de Antônio Conselheiro e a versão de quaderna

No reaproveitamento dos manuscritos atribuídos a Antônio Conselheiro, Quaderna volta a tematizar a contraposição entre essas duas

Monarquias, ao mesmo tempo em que reelabora, com base nesses textos, a oposição encetada pelo líder messiânico entre Monarquia e República.

Embora recorra constantemente aos manuscritos do messias de Canudos, Quaderna não explícita, no *corpus* do romance as fontes de onde colhe as palavras do Conselheiro. A esse respeito afirma apenas vagamente: “[...] eu tomava, por caminhos do acaso conhecimento dos ‘escritos’ deixados pelo Profeta e santo Peregrino do Sertão, o Regente do Império do Belo Monte de Canudos, Santo Antônio Conselheiro.” (APR. p. 448). Sabe-se, contudo, através das pesquisas aqui realizadas, que os “escritos” do “Peregrino do Sertão” não provêm de uma única matriz textual. Constituem uma miscelânea de prédicas colhidas em fontes diferentes e recriadas sob uma nova roupagem pelo narrador. Algumas dessas prédicas, às relativas ao iminente regresso de Dom Sebastião para pôr fim à República, são extraídas do trecho de um sermão recolhido por Euclides da Cunha, n^o “Os Sertões”.¹³ Outras, que pregam também a condenação do regime republicano, constam de uma carta encontrada pelo Tenente-Coronel Dantas Barreto, em Belo Monte.¹⁴ A maioria, porém, constitui versão readaptada de um discurso sobre a República inserido num manuscrito descoberto pelo médico João Pondé, no dia 5 de outubro de 1897, quando as tropas do General Artur Oscar de Andrade assenhoraram-se vitoriosas do arraial de Canudos.¹⁵

Excertos dessas várias prédicas comparecem como epígrafes do romance, juntamente com outros enunciados atribuídos a Dom Sebastião (prenunciado a luta contra os mouros em Alcácer-Quibir) e a Dom Pedro I (por ocasião da proclamação da independência do Brasil). Além dos fragmentos das prédicas do conselheiro e dos enunciados citados, funcionam ainda como epígrafes um trecho do Decreto do coronel José Pereira Lima - que outorga o município de Princesa Isabel “Território Livre”, quando da insurreição contra o governo do Estado da Paraíba, em 1930 - e uma passagem da crônica de Souza Leite, relativa às profecias do beato João Ferreira acerca de Dom Sebastião.¹⁶

Na utilização dos “escritos” de Antônio Conselheiro, que reúne sob o título de *Caminho Místico do Peregrino do Sertão*, o narrador manipula a seu bel-prazer as profecias do líder do Belo Monte. Empregando o mesmo processo de colagem de textos, característico da técnica de composição do romance, ele mescla parte do sermão colhido por Euclides a trechos do discurso sobre a República inserido no manuscrito achado por João Pondé. Ajunta ainda a estes fragmentos algumas expressões da carta encontrada por Dantas Barreto, que figuram numa das epígrafes da narrativa. Por meio desse

processo de colagem, compõe um novo texto, onde as palavras do Conselheiro são correlacionadas ao fenômeno da Pedra do Reino e ao projeto messiânico do Quinto Império e servem para reafirmar tanto o aspecto religioso, quanto o aspecto nobiliárquico da “Monarquia” e do “Catolicismo” sertanejos.

A inserção das profecias do messias de Canudos nos rituais da religião adotada por Quaderna evidencia-se nas práticas ritualísticas explicitadas numa das passagens da narrativa. Quando vai ao Lajedo “sagrado”, na véspera de Pentecostes, para cumprir as “obrigações litúrgicas” do “Catolicismo Sertanejo”, o narrador leva consigo duas obras que considera básicas: o *Caderno de anotações astrológicas*, herdado de seu pai, e o *Caminho Místico* do “santo” de sua devoção. Uma das práticas da liturgia consiste justamente na leitura deste último livro, que passa a recitar, invocando Adonai. Conforme esclarece num trecho do romance:

[...] eu me voltei, primeiro, para a direção do Pajeú, onde estão as duas Torres de pedra do nosso Reino. E, abrindo o Livro escrito pelo Peregrino do Sertão, comecei a recitar, em tom de Salmodia, minha primeira invocação a Adonai [...] (APR. p. 454)

Para que se verifique como se dá o processo de colagem acima referido e as adaptações introduzidas pelo narrador às palavras do Conselheiro, vale registrar os textos mencionados, cotejando-os depois com o texto de Quaderna. O discurso sobre a República será transcrito apenas parcialmente, dando-se destaque, sobretudo, aos aspectos retomados e reelaborados pelo narrador:

Prédicas do Conselheiro apresentadas por Euclides:

Em verdade vos digo, quando as nações brigam com as nações, o Brasil com o Brasil, a Inglaterra com a Inglaterra, a Prússia com a Prússia, das ondas do mar D. Sebastião sairá com todo seu exército. Desde o princípio do mundo que se encantou com todo seu exército e o restituiu em guerra.

E quando encantou-se afinçou a espada na pedra, ela foi até os copos e ele disse: Adeus mundo!

Até mil e tantos a dois mil não chegarás!

Neste dia quando sair com o seu exército tira a todos no fio da espada deste papel da República. O fim da guerra se acabará na Santa Casa de Roma e o sangue há de ir até a junta grossa...

Trecho do discurso sobre a República constante do manuscrito encontrado por João Pondé:

[...] a república [...] é incontestavelmente um grande mal para o Brasil que era outrora tão bela a sua estrela. Hoje porém foge toda a segurança, porque um novo governo acaba de ter o seu invento e do seu emprego se lança mão como meio mais eficaz e pronto para o extermínio da religião. [...] a república quer acabar com a religião, esta obra-prima de Deus que há dezenove séculos existe e há de permanecer até o fim do mundo [...]. O presidente da república, porém, movido pela incredulidade que tem atraído sobre ele toda sorte de ilusões, entende que pode governar o Brasil como se fora um monarca legitimamente constituído por Deus; tanta injustiça os católicos contemplam amargurados. [...] Todo poder legítimo é emanção da Onipotência eterna de Deus e está sujeito a uma regra divina, tanto na ordem temporal como na espiritual, de sorte que, obedecendo ao pontífice, ao príncipe, ao pai, a quem é realmente ministro de Deus para o bem, a Deus só obedecemos. [...] É evidente que a república permanece sobre um princípio falso e dele não se pode tirar consequência legítima: sustentar o contrário seria absurdo, espantoso e singularíssimo; porque, ainda que ela trouxesse o bem para o país, por si é má, porque vai de encontro à vontade de Deus, com manifesta ofensa de sua divina lei. [...] Quem não sabe que o digno príncipe o senhor Dom Pedro 3º tem poder legitimamente constituído por Deus para governar o Brasil? Quem não sabe que o seu digno avô o senhor Dom Pedro 2º, de saudosa memória, não obstante ter sido vítima de uma traição a ponto de ser lançado fora de seu governo, recebendo tão pesado golpe, que prevalece o seu direito e, consequentemente, só sua real família tem poder para governar o Brasil? Negar estas verdades seria o mesmo que dizer que a aurora não veio descobrir um novo dia. O sossego de um povo consiste em fazer a vontade de Deus [...] É necessário enfim que se faça a sua divina vontade, combatendo o demônio que quer acabar com a fé da Igreja. [...] É erro de aquele que diz que a família real não há de governar mais o Brasil: se este mundo fosse absoluto, devia-se crer na vossa opinião; mas não há nada de absoluto neste mundo, porque tudo está sujeito à santíssima Providência de Deus [...]. A república há de cair por terra para confusão daquele que concebeu tão horrorosa idéia. [...] Dá a Deus o que é de Deus e a César o que é de César. Mas este sublime sentimento não domina no coração do presidente da república, que a seu talante quer governar o Brasil, praticando tão clamorosa injustiça, ferindo assim o direito mais claro, mais palpável

da família real, legitimamente constituída para governar o Brasil. Creio, nutro a esperança que mais tarde há de triunfar o seu direito, porque Deus fará devida Justiça, e nessa ocasião virá a paz para aqueles que generosamente têm impugnado a república. É preciso, porém, que não deixe no silêncio a origem do ódio que tendes à família real, porque sua alteza a senhora Dona Isabel libertou a escravidão [...] porque era chegado o tempo marcado por Deus para libertar esse povo[...]

Exceto da carta encontrada por Dantas Barreto e utilizado como epígrafe n'Á Pedra do Reino.

Estejão certos que a República se acaba breve. È princípio de espinhos. Entrando a Monarquia, serão formados novos Batalhões, pois por serem os Batalhões feitos de canalhas é que tem chegado a tal ponto. O Prinspo é o verdadeiro dono do Brasil. Quem for republicano mude-se para os Estados-Unidos!

Versão de Quaderna a partir dos três textos transcritos

Ó Adonai! Ó Onça Tapuia, Negra e Malhada do Divino do Sertão! Esta República dominada por burgueses gordos é, sem dúvida, um grande mal para o Império do Sertão do Brasil! Ela pretende minar e desmoralizar o Povo da Onça Castanha e o nosso Catolicismo Sertanejo, esta obra-prima de Deus, religião mais perfeita e mais antiga do que o Catolicismo Romano! Este, tem somente vinte séculos, enquanto a nossa sagrada Religião da Pedra do Reino foi fundada no Deserto sertanejo da Judéia, junto às Pedras do Reino do Sinai e do Tabor! O Presidente da República, seus cupinchas e os gordos ricos, entendem que podem governar, trair e vender o Império do Brasil a seu bel-prazer! No entanto, o Brasil está predestinado para o Monarca Castanho do Povo, aquele que foi legitimamente constituído por Deus para fazer o bem e a grandeza do Povo Brasileiro! Quanta injustiça nós, Católicos Sertanejos, contemplamos amargurados! O poder do Presidente não é legítimo, a República não é legítima! Todo poder legítimo é uma emanção da Onipotência eterna do Deus Sertanejo através do Povo, e portanto está sujeito à regra divina da nossa Santa Igreja da Pedra do Reino, tanto na ordem temporal como na espiritual! Todos os Brasileiros deveriam estar

obedecendo a Quaderna, Príncipe, Pai e Profeta, porque obedecendo a ele, é a Deus que todos obedecem! É evidente, para todos as pessoas de bem, que esta República permanece sob um princípio falso e só traz o mal para o Povo Brasileiro! Ainda, porém que ela trouxesse algum bem, ainda assim é má por si mesma, porque contraria a Lei sagrada do Povo e do Sertão! Quem não sabe que o digno Príncipe, o Senhor Dom Pedro Dinis Quaderna, deveria, logo, ser coroado como Dom Pedro IV, O Decifrador, Rei do Sertão, Imperador do Brasil e Sumo Pontífice da Igreja Católica-Sertaneja, sendo como tal, reconhecido pelas Nações? Negar estas verdades, seria o mesmo que dizer que o Sol não é divino e não descobre sempre um novo dia, aos raios de seu fogo de Ouro! É erro, e erro grave, dizer que a família real dos Quadernas não deve mais governar o Brasil, como fez há um século, na Pedra do Reino do Sertão do Brasil! Uma coisa é o Sertão, outra é o Mundo! Se o Mundo fosse divino e absoluto, ainda se poderia duvidar. Mas o Sertão é que é divino, e o Sertão só jura e pune pelo sangue real dos Quadernas! Por isso, esta República da iniquidade cairá por terra e, mais cedo ou mais tarde, Deus fará a devida justiça! A República se acaba breve: é princípio de Espinhos! O Príncipe é o verdadeiro dono do Brasil! Das ondas do Mar, Dom Sinésio Sebastião sairá com todo o seu Exército. Tira a todos, no fio da Espada, desse papel da República, e o sangue há de ir até a junta grossa. Quem for republicano, mude-se para os Estados Unidos! O Tempo está chegando, o Século vem vindo! É preciso que Deus e o Povo não deixem em silêncio a causa verdadeira e a origem de todos os obstáculos que o Presidente da República e seus cupichas levantam, para impedir que a família imperial dos Quadernas chegue de novo ao Trono do Brasil: é o medo, é o horror de que todos ficaram possuídos, ao saber que, na Pedra do Reino, há um século, Dom João II, o Execrável, mandou sacrificar sete mil Cachorros que, se o Reino tivesse continuado, teriam ressuscitado como indômitos Dragões, para devorar os poderosos e confirmar o Império, acabando a escravidão do Povo, a traição ao Brasil, e instaurando, de uma vez para sempre, a justiça e a monarquia do Povo, através da Coroa de couro e prata da Onça Malhada do Sertão! (APR. p. 456-457).

Os textos de Antônio Conselheiro apresentam todos eles uma oposição dicotômica entre Monarquia e República. A bipolarização entre esses dois regimes não assume, pelo menos nos exemplos em destaque, uma coloração política nitidamente delineada. Fundamenta-se, ao invés, em um critério eminentemente teológico, que se explícita, de forma mais

contundente, ao longo de todo o segundo texto transcrito. Com base nesse critério, a República adquire uma conotação negativa. Consubstancia-se como uma instituição contrária aos princípios básicos da realidade católica, aos dogmas ortodoxos da Igreja Romana, tais como os entendia o Conselheiro.¹⁷ Introduzindo a separação entre Igreja e Estado, entre poder espiritual e poder secular, a instituição republicana é vista como uma ordem ilegítima, identificada ao mal e às forças demoníacas. Em sentido contrário, justificam-se os louvores à Monarquia. Partidário do direito divino do rei, a quem vê como autêntico representante de Deus na terra, o beato concebe o regime monárquico como uma ordem ideal, cujo poder é legitimado pela onipotência divina. Explica-se, assim, a nostalgia ao regime nobiliárquico e a referência aos membros da Casa de Bragança como os genuínos detentores do poder constituído, em contraposição ao presidente da República, em cujo governo enxerga uma usurpação desse poder que, por direito natural e decreto divino, pertence à família imperial.

O tema da restauração da Monarquia não adquire, todavia, nas palavras do profeta do Belo Monte, a feição que lhe deram os republicanos históricos. Isto é, o Conselheiro não apregoa nenhuma ação concreta, visando a derrotar a nova ordem em vigor. Os textos em exame não indicam nenhuma atitude neste sentido. Neles, a volta ao antigo regime é concebida num plano mítico. Seria através do regresso miraculoso de Dom Sebastião que se poria fim ao reinado do “Anti-Cristo”. Nos sermões colhidos por Euclides fica patente a saída proposta para acabar com a “iniquidade” da República: “[...] das ondas do mar D. Sebastião sairá com todo seu exército [...] Neste dia [...] tira a todos no fio da espada desse papel da República.” A solução proposta é, portanto, uma solução messiânica, não havendo nenhuma alusão à possibilidade de restaurar-se a ordem monárquica por meio de uma insurreição armada que se destinasse a este fim.

Ao acoplar, na invocação a Adonai, as várias profecias e prédicas do Conselheiro, Quaderna encampa também a mesma oposição entre Monarquia e República. Sem romper com o teor mítico e místico dos textos em que se apóia, ele utiliza as mesmas imagens lingüísticas empregadas pelo profeta de Canudos. Introduz, porém, no seu discurso, uma série de encaixes e de substituições semânticas, a fim de readaptar as palavras do “peregrino” às suas próprias concepções monárquico-religiosas. Assim, se por um lado, conserva o mesmo princípio teológico como argumento justificador da bipolarização entre ambos os regimes políticos, por outro lado, acresce a esse

princípio os critérios de classe social e de região, de modo a ajustar o pensamento do Conselheiro às características do “Império” do sertão. Ancorada em tais critérios, a deslegitimação do regime republicano se dá não em nome dos dogmas da religião católica¹⁸, mas em nome dos preceitos do “Catolicismo Sertanejo” da Pedra do Reino. Como esses preceitos se calcam na fusão cordial dos valores sócio-culturais dos dois segmentos da sociedade brasileira privilegiados pelo narrador, a crítica à República identifica-se com a crítica a uma determinada classe social que não representa esses valores: a burguesia urbana. Por outro lado, a Monarquia de que fala Quaderna e cujo poder concebe como emanção legítima da ordem divina não é, como postula Antônio Conselheiro, a Monarquia dos Bragança, mas a “Monarquia” da Pedra do Reino, a qual pretende restaurar através do Quinto Império sebastianista. Em consequência, o monarca a quem está predestinado o trono do Brasil não pode ser nenhum descendente da dinastia bragantina, e sim Dom Pedro IV. Quer dizer, o próprio narrador, herdeiro de uma dupla linhagem real, a dos Ferreira-Quaderna, do reduto messiânico da Pedra, e a dos Garcia-Barreto, cuja origem remota a Dom Sebastião. À exemplo dos sermões do Conselheiro, a restauração desse “regime monárquico” também se consubstancia, no discurso de Quaderna, via solução messiânica. Corporificada agora na figura de Dom Sinésio, essa solução reatualiza a mesma imagética empregada nas prédicas que vaticinam o regresso do messias lusitano.

As alterações empreendidas pelo narrador nos manuscritos do profeta de Canudos não constituem um mero jogo retórico desprovido de significação. Ao invés, elas possibilitam explicitar, a partir do par antitético Monarquia/República, um dos fundamentos ideológicos básicos que norteia a perspectiva do romance. A saber, a bipolarização entre o mundo rural do sertão e a civilização urbana e burguesa. Poder-se-ia dizer, portanto, que a dicotomia que alicerça o discurso de Quaderna não é propriamente entre regime monárquico e regime republicano, no sentido em que se costuma conceber politicamente estes dois termos. É, sobretudo, entre Nordeste pecuário-algodoeiro e Centro-Sul do país, entre sertão e litoral, identificados respectivamente com os valores “nobiárquicos” da “fidalguia” sertaneja e com os valores republicanos da burguesia citadina.

O sentido da oposição entre as duas ordens espaciais em destaque e entre os respectivos componentes sócio-culturais que as configuram só pode ser devidamente esclarecido quanto se atentar para as etapas conjunturais do

processo histórico brasileiro que teriam funcionando como interlocutores ao discurso de Quaderna, motivando as críticas endereçadas à classe burguesa.

Os interlocutores contextuais do romance

É possível detectar um primeiro interlocutor explícito no nível fabular do romance: o contexto da Revolução de 1930. A presença deste interlocutor pode ser identificada sobretudo através do posicionamento assumido pelo narrador em relação à revolta de Princesa Isabel, cujo desfecho vem desaguar no movimento revolucionário de 1930, que põe fim ao período histórico da República Velha.

O município de Princesa constitui, no texto de Ariano, um dos “reinos tributários” mais importantes do Quinto Império, do Sertão: O “Reino da Espinhara”, palco do levante armado do coronel José Pereira Lima, incluído na narrativa como um dos episódios políticos da “Grande Revolução Sertaneja do Povo-Fidalgo Castanho do Brasil”. A relevância dada ao movimento sedicioso, a forma mítica como Quaderna heroiciza os seus feitos, a imagética cavaleiresca empregada para caracterizar seus protagonistas, as associações que estabelece entre estes e os eventos ligados ao fenômeno messiânico atestam a perspectiva sob a qual o acontecimento é resgatado simbolicamente n' *A pedra do reino*. A saber, a perspectiva das classes oligárquicas rurais, em defesa de cujos interesses se deflagrou o movimento insurrecional em foco.

Do ponto de vista histórico, a insurreição que forjou a independência do município de Princesa Isabel, proclamando-o “Território Livre”, subordinado politicamente apenas aos poderes públicos federais - aliados às oligarquias nordestinas na luta contra o governo do Estado da Paraíba - representou, no cenário da República Velha, a última tentativa de resistência da ordem coronelista às mudanças que se vinham processando no quadro político da Nação, desde o advento do regime republicano. O assassinato de João Pessoa, pondo termo ao movimento, funcionou como estopim para a deflagração da Revolução de 1930. Esta viria, em decorrência da penetração decisiva do capital internacional no país, preparar a instauração de uma ordem burguesa na sociedade brasileira, consolidando decisivamente as mudanças em curso. As transformações operadas pelo movimento revolucionário acarretaram uma revisão crítica no panorama sócio-econômico e cultural do Brasil, o que contribuiu para acentuar a crise dos valores arcaicos, representados pelos bastiões dos grupos oligárquicos mais tradicionais.

É contra essa desarticulação dos esteios do “mandonismo local” que o narrador se volta, tentando preservá-los da marcha da história. A revolução de 1930 se apresenta, assim, como o interlocutor manifesto, em reação ao qual Quaderna busca reaver, pela reatualização simbólica do mito do Quinto Império sebastianista, a hegemonia da classe senhorial sertaneja. Na verdade, embora pareça situar-se na perspectiva do oprimido é a partir do lugar da classe dominante que ele fala e dá voz ao dominado. Em nome daquela classe, assume, paternalisticamente, o resgate dos valores culturais populares, como se fossem seus. Em defesa das prerrogativas da ordem oligárquica decadente, a quem subordina, através da ideologia da cordialidade, o elogio das camadas desfavorecidas, propõe-se a erigir no sertão uma conciliadora “Monarquia de Esquerda” para fazer face aos valores urbanos e burgueses expressos na Revolução de 1930.

Se é correto detectar na Revolução de 1930 o contexto explícito determinante da crítica empreendida por Quaderna à burguesia, poder-se-ia indagar se essa crítica não recobre outras etapas contextuais da conjuntura brasileira pós-30, que teriam servido igualmente como “interlocutores”, não manifestos, ao discurso do narrador. Afinal de contas, o projeto de modernização iniciado nos anos trinta ganha consubstancial impulso em dois outros marcos históricos decisivos ao processo de desenvolvimento nacional. O primeiro ocorre na década de Cinquenta, mais especificamente a partir de 1956, quando se inicia a “fase de arranque” desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek e objetiva-se uma integração mais dinâmica no sistema capitalista, através do incremento da industrialização. O segundo verifica-se no movimento militar de 1964, durante o qual se criam as condições políticas e ideológicas para a implantação definitiva do capitalismo no Brasil, com a afluência de grande massa de capital e tecnologia estrangeiros. Tal processo de modernização capitalista intensivo se dá, de forma mais precisa, no final dos anos Sessenta e em toda a década de Setenta, consubstanciando-se no chamado “milagre brasileiro”. Esses dois marcos do desenvolvimento nacional levam ao clímax as transformações sócio-econômicas e culturais do país, acirrando, pela concentração da renda nas mãos da burguesia, as contradições e os desníveis intercalasses e inter-regiões, sobretudo entre as regiões sudeste e Norte-Nordeste.

O romance de Suassuna foi produzido durante o período de 1958 a 1970. O contexto em que se insere a produção do texto recobre, portanto, as conjunturas históricas acima delineadas. Embora essas conjunturas não sejam tematizadas explicitamente no enunciado romanesco, elas imprimem aí as

suas marcas, deixam seus traços no tecido ficcional. Essas marcas se traduzem, ao longo da narrativa, nas críticas feitas pelo narrador à presença dos estrangeiros e das multinacionais no país, tomados aqui como elementos metonímicos do processo industrial em aprofundamento no âmbito da Nação. Com base nesses índices textuais, formula-se a hipótese de que o contexto desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek e do regime militar de 64 participam também das “condições de produção¹⁹” do romance em estudo, funcionando como “interlocutores” latentes em contraposição aos quais Quaderna procura resgatar - como já o fizera a respeito de Trinta - uma ordem perdida, um mundo “fidalgo” e cavaleiresco, anterior à industrialização.

A imagética bíblica do Êxodo: uma ilusão compensatória.

Os dados ficcionais que talvez ajudem a comprovar a hipótese levantada encontram-se principalmente no “folheto” LXII, “O Almoço do Profeta”, onde o narrador parafraseia vários trechos bíblicos do *Êxodo*. Os capítulos e versículos parafraseados referem-se à fuga dos judeus do Egito em busca da terra prometida, à perseguição ao povo israelita pelo exército do faraó, à morte dos soldados egípcios no Mar Vermelho, ao Cântico entoado por Moisés e pelos demais filhos de Israel em louvor a Jeová, às tábuas da Lei entregues por Deus ao profeta hebraico, à construção da arca da aliança²⁰. Estes encaixes intertextuais, reajustados n’*A Pedra do Reino* ao projeto messiânico do Quinto Império, são vistos aqui como uma transposição alegórica da temática do judaísmo ao contexto nacional que informa subjacentemente a fabulação narrativa. Transcreva-se a passagem do romance:

Quando chegar o Século do Reino, e for anunciada a Vigília de fogo, o Senhor enviará a Coluna de brasas sobre o acampamento e o território dos estrangeiros e dos criminosos e poderosos aliados seus. A Onça de fogo do Sertão destruirá seus Exércitos, despedaçando as rodas dos carros-de-combate, e todos os traidores serão arrojados do Sertão para o fundo do Mar. Dirão assim os Estrangeiros: - ‘Fujamos dos Brasileiros e outros Latinos, porque o Deus de Fogo, pelega a favor deles e contra nós!’. E o Deus de Fogo dirá a Quaderna: - ‘Estende a tua Mão desde a Pedra do Reino até o Mar, para que as águas de Sal se voltem contra os Estrangeiros e corroam seus Carros diabólicos, suas máquinas de fogo e sua cavalaria de engenhos de brumas!. E assim será! Quando Quaderna estender sua mão, quando

o Rei brandir o seu cetro e o profeta seu Báculo, o Príncipe do Povo, o Moço do Cavalho Branco será suscitado e o Mar fará soçobrar os traidores, refluindo depois, ao amanhecer, para o lugar que ocupava. Naqueles dias, o Rei escreverá um Canto para ensinar ao Povo do Brasil, aos filhos do Sertão do Mundo. E depois de suscitado o Príncipe pelo Canto, o senhor do Fogo ordenará a Sinésio, filho de Dom Pedro Sebastião, dizendo: "Anima-te, sê forte e tem coragem, porque tu farás entrar os Filhos do Sertão no Reino que lhes prometi, e eu estarei com o povo." Como de fato: logo que Quaderna acabar as palavras deste Canto e desta Lei no seu Livro, ordenará aos Sertanejos que levem a Arca de Pedra da Aliança do Senhor do Fogo, dizendo: "Tomai este Livro e enterrai-o ao pé das Torres de pedra da Catedral encantada do Reino, para que ele sirva de fundamento e pedra-angular para o Império do Brasil." E quando os Estrangeiros fugirem, desbaratados, juntamente com os traidores que os apoiam, encontrar-se-á o sagrado Deserto do Sertão com as Águas salgadas e sagradas do Mar. Assim, naquele dia, o Senhor do Fogo livrará o Sertão, e o Povo verá seus inimigos mortos na Praia do Mar, pelo castigo que a mão poderosa da Divindade executará contra eles, contra sua injustiça, sua dureza e sua iniquidade. Então Quaderna, subindo à sua Pedra, entoará com o Povo o sagrado Canto que o mesmo Quaderna fez, dizendo: "Cantemos ao Deus de Fogo do Sertão, porque ele manifestou gloriosamente seu poder, precipitando no Mar as máquinas e as empresas, os engenhos infernais dos Estrangeiros e traidores, castigando a força e o opróbrio dos Poderosos que nos oprimiam e exaltando o Sertão, com sua coragem, suas pedras, seus espinhos, seus cavalos e seus Cavaleiros! (APR. p. 459 - 461).

O exemplo transcrito emprega a mesma imagética escatológica que assinala no *Êxodo* a destruição das tropas egípcias e a salvação dos judeus, conduzidos por Moisés à terra de Canaã. Acoplada à temática sebastianista do romance, a simbologia bíblica se aplica, todavia, a uma outra realidade cultural, ajustando-se, assim, ao contexto histórico a que se dirigem as críticas de Quaderna: o contexto desenvolvimentista acima especificado. O deslocamento histórico pressupõe, portanto, algumas readaptações no texto matriz, sem que se perca, contudo, o sentido simbólico das imagens teológicas tomadas de empréstimo ao suporte textual que subsidia o discurso do narrador. Desta forma, o tema do êxodo judaico, transplantado para o universo do sertão, instaura uma correspondência semântica entre judeus e sertanejos, de um lado, e egípcios e estrangeiros, do outro lado. Os primeiros consubstanciam-se como os eleitos de Deus a quem está destinada a terra da

promissão. Os segundos como as hostes do mal, os alienígenas sobre quem recai (rá) o castigo da divindade. A analogia com esse episódio do judaísmo se apresenta, pois, como um mecanismo ideológico de que a narrativa lança mão para legitimar a crítica que empreende à penetração do elemento estrangeiro no território nacional. No projeto messiânico do romance, a profecia escatológica do extermínio do alienígena com o advento do Século do Reino assinala - via simbologia bíblica - o retorno à imagem idealizada de um mundo cultural arcaico, isento da contaminação nefasta dos componentes exógenos, representantes do capitalismo industrial. Convertendo o sertão numa nova Canaã e os sertanejos no novo povo eleito, o texto desloca para o plano mítico-teológico a situação histórica do Brasil no contexto em pauta, isentando-se, assim, de um confronto com a estrutura sócio-econômica derivada do modo de produção capitalista responsável pelo acirramento das contradições sociais e pela permanência do subdesenvolvimento das regiões mais atrasadas do país. O processo de deslocamento serve, então, simultaneamente, para desvendar e encobrir o descompasso entre a realidade industrial e burguesa dos centros urbanos hegemônicos (a região sudeste) e a realidade subdesenvolvida e patriarcal do Nordeste. A crítica pretendida pelo narrador ao sistema capitalista terminada por se diluir em otimismo. A imagem paradisíaca projetada sobre o sertão com o vaticínio da chegada do Século do Reino funciona, para usar um raciocínio de Antônio Cândido, como “instrumento de afirmação nacional” e “justificativa ideológica”²¹. A projeção utópica transforma-se, assim, em “ilusão compensatória” da miséria da região sertaneja. Ou, empregando as palavras de Roberto Schwarz,²² em “interpretação triunfalista do nosso atraso”.

Notas

1. O presente ensaio constitui versão resumida de capítulo da tese de doutorado *Messianismo e cangaço na ficção nordestina*; análise dos romances *Pedra Bonita* e *Cangaço*.

ceiros, de José Lins do Rego, e *A Pedra do Reino*, de Ariano Suassuna, defendida na PUC/RJ, em 1978, sobre orientação do Prof. Dr. Silviano Santiago. O trabalho insere-se no projeto integrado *Literatura e Memória Cultural: Tradição e Modernidade*, e articula-se à linha de pesquisa *Teorias Críticas: Literatura e Cultura*, em vigor no DLCV e no Curso de Pós-Graduação em Letras da UFPB.

2. Foi consultada a seguinte edição do romance: SUASSUNA, Ariano. *Romance d'A Pedra do Reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta*; romance armorial popular brasileiro. 4 ed. Rio de Janeiro, 1976.

3. Uma análise detalhada da problemática da nacionalidade nesta obra de Suassuna encontra-se em BRONZEADO, Sônia Lúcia Ramalho de Farias. A obra do gênio da raça e a busca da identidade nacional. In: *Op. Cit.*

4. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 11 ed. Rio de Janeiro, José Olímpio 1977 (Coleção Documentos Brasileiros V.1). p. 46.

5. Cf. SUASSUNA, Ariano. *História do rei degolado nas caatingas do sertão*; romance armorial e novela romanesca brasileira - Ao sol da onça caetana. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1977. p.65

6. Cf. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy, *O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade social*. São Paulo, Moderna, 1984.

7. *Idem, Ibidem.*

8. OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(lí)gião*. SUDENE, Nordeste e conflitos de classes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p.52.

9. D'ANDREA, Moema Selma. *A tradição (des)coberta*. O pensamento de Gilberto Freyre no contexto das manifestações culturais e/ou literárias nordestinas. Dissertação de Mestrado. São Paulo, UNICAMP, depto. De Teoria Literária. 1987. p.41. (mimeo). Esse trabalho foi publicado em 1992 pela editora da UNICAMP.

10. Veja-se a propósito, respectivamente FREYRE, Gilberto. *Tempo de aprendiz*; artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira juventude do autor (1918/1926). (Org. José Antônio de Mello). São Paulo/IBRASA; Brasília/INL, 1978, Vol. 1. p 34 - REGO, José Lins do. Carta de uma geração aos Srs. Gilberto Freyre e Jackson de Figueiredo. *Era nova*. Ano IV, 69, set. 1924. p. 82.

11. Expressão utilizado por Raimundo Faoro para caracterizar os delírios de nobreza do personagem Rubião do romance *Quincas Borba*, de Machado de Assis. Cf. FAORO,

Raimundo. *Machado de Assis: A pirâmide e o trapézio*. 2 ed. São Paulo, Nacional /Secr. Cult. Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1976 (Brasileira, v.356). p.29

12. Cf. SUASSUNA, Ariano. *O movimento armorial*. Recife. Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 1974.

13. Cf. CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 25 ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1957. p. 151.

14. Informações recolhidas em: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. 2 ed. rev. e aum. São Paulo, Alfa-omega, 1976. p.238. (nota 77).

15. Esse discurso vem integralmente transcrito em NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica: a obra manuscrita de Antônio Conselheiro e que pertenceu a Euclides da Cunha*. 2 ed. São Paulo, Nacional, 1978 (Brasileira v. 355). p. 175 a 182.

16. Cf. SUASSUNA, Ariano. *Op. Cit.* p. VI. Abaixo do excerto da carta encontrada por Dantas Barreto, Suassuna coloca a seguinte indicação: "De uma carta encontrada no bernal de balas de E. P. Almeida, guerrilheiro do Império de Canudos, Sertão da Bahia, 1897". O romancista não faz alusão a Dantas Barreto como autor da descoberta, embora a participação deste no movimento de Canudos seja mencionada várias vezes no interior do romance.

17. É claro que o sob o princípio teológico encontram-se também razões de ordem sócio-econômica não se pode dizer, contudo, que o Conselheiro pregasse uma insurreição no sentido de abolir a República, nem que tivesse qualquer ligação política com os monarquistas históricos. Cf. Discussão do assunto em MONIZ, Eduardo. *A guerra social de Canudos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978 (Coleção Retratos do Brasil, v. 117) - NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba, *Op. Cit.*

18. Sobre a interpretação que o Conselheiro oferece dos dogmas da religião católica, consultar NOGUEIRA, Ataliba. *Op. Cit.* p. 55 a 174.

19. VERÓN, Eliseo. *A produção de sentido*. São Paulo, Cultrix /Ed. da Universidade de São Paulo. 1980.

20. Cf. *A Bíblia Sagrada*. Êxodo. 12: 37 a 51; 13: 17 a 22; 14: 20 a 21; 15: 2 a 19; 20: 2 a 26; 25: 10 a 16. O texto de Quaderna não corresponde rigorosamente à

GRAPHOS

disposição dos capítulos e versículos.

21. CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: *América Latina em sua literatura*. São Paulo, Perspectiva, 1979. p. 343 a 352 (Estudos, 52).

22. SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. In: *Que horas são?*; ensaios. São Paulo, Companhia das Letras, 1981.